



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

GIOVANA STUDART BATELLI

BRASÍLIA – DF
DEZEMBRO/2010

GIOVANA STUDART BATELLI

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Professora Orientadora: Elizabeth Tunes.

BRASÍLIA, DEZEMBRO/2010



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

A menção final obtida foi:

BRASÍLIA, DEZEMBRO/2010

Dedicatória

Dedico esta monografia aos meus queridos pais, pelo incentivo e amor incondicional. Aos meus irmãos, pelas palavras de coragem e apoio durante toda esta caminhada. Amo vocês!

Agradecimentos

A Deus, por ter sido tão generoso comigo, dando-me tudo de valioso na vida: minha família, meus amigos e sempre bons mestres.

A Elizabeth Tunes, um anjo que apareceu em minha vida e com o seu olhar crítico, emprestou-me uma lanterna super carregada para que eu pudesse explorar as trilhas do conhecimento.

A minha família, pelo carinho e apoio que me dão. Por estarmos sempre juntos nos momentos mais importantes e por não medirem esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Aos meus amigos, por todos os abraços, descobertas, risadas e lágrimas. Por me acompanharem há tanto tempo, mostrando-me a cada dia o valor de amizades verdadeiras.

Os meus agradecimentos vão para todos que me ajudaram nestes 5 anos. Durante este tempo, as dificuldades não foram poucas, os desafios foram muitos e os obstáculos, muitas vezes, pareciam intransponíveis. Agora, ao olhar para trás, a sensação do dever cumprido se faz presente.

Obrigada por cada momento que cada um de vocês me proporcionou e por terem me amparado quando mais precisei. Eu tenho a honra de tê-los em minha vida.

A conclusão desta etapa só foi possível com o amor, cuidado e dedicação de vocês. Vocês foram essenciais. Obrigada do fundo do meu coração!

I'm fat, I'm thin, I'm short, I'm tall
I'm deaf, I'm blind, hey, aren't we all?

Don't laugh at me
Don't call me names
Don't get your pleasure from my pain
In God's eyes we're all the same
Someday we'll all have perfect wings
Don't laugh at me

I'm that kid on every playground
Who's always chosen last
A single teenage mother
Tryin' to overcome my past

You don't have to be my friend
But is it too much to ask
Don't laugh at me
Don't call me names
Don't get your pleasure from my pain

(Don't Laugh At Me - Mark Wills)

Resumo

O presente trabalho busca compreender o fenômeno da violência nas escolas, trazendo uma reflexão acerca de sua ocorrência e do surgimento do fenômeno *bullying* como um reflexo da sociedade. Partindo de estudos e teorias de autores de diversas áreas, foi realizada uma análise bibliográfica acerca deste tema complexo e abrangente. Em um primeiro momento, foram levantadas as tentativas e as dificuldades de definições de violência, as classificações e as dimensões em que esta se apresenta. Em seguida, focalizou-se a violência no âmbito escolar, dando ênfase ao *bullying* que, atualmente, é bastante discutido nos veículos de comunicação. O intuito não foi o de apresentar soluções para o problema ou de indicar paliativos, mas de refletir de forma crítica sobre as suas representações e como estas têm sido divulgadas pela mídia.

Palavras-chave: *bullying*, violência, escola.

Sumário

I. Introdução.....	08
II. Capítulo 01: Violência.....	10
III. Capítulo 02: Violência nas escolas.....	18
<i>Bullying</i>	21
IV. Considerações Finais.....	30
V. Referências Bibliográficas.....	32

A violência é um fenômeno antigo. Pode se manifestar nas famílias, nas escolas, nos meios sociais, o que torna de fundamental relevância a compreensão de sua definição e suas fronteiras, para que medidas possam ser tomadas e os problemas atenuados.

Os primeiros estudos sobre violência na escola foram realizados na década de 70. Pois as diversas dimensões desse fenômeno passaram por mudanças e os problemas decorrentes assumiram maior gravidade. Algumas dessas notáveis transformações foram: o surgimento de armas nas escolas, a expansão do fenômeno das gangues, a disseminação do uso de drogas.

Outra grande mudança resulta do fato de que as escolas e suas imediações deixaram de ser áreas seguras e protegidas, e tornaram-se, por assim dizer, incorporadas à violência cotidiana do espaço urbano. Ademais, as escolas deixaram de representar um local de amparo, um porto seguro para os alunos, e perderam grande parte de seus vínculos com a comunidade.

Inevitavelmente, o foco de análise da violência mudou. Antes, era tratada na escola como uma simples questão de disciplina. Mais tarde, passou a ser analisada como manifestação de delinquência juvenil, expressão de comportamento anti-social. Hoje, é percebida de maneira muito mais ampla, sob perspectivas que incluem em sua avaliação fenômenos como a globalização e a exclusão social. O estudo da violência escolar requer análises que não se restrinjam às transgressões praticadas por jovens estudantes ou violência das relações sociais entre eles.

A sociedade brasileira vem se deparando com um aumento da violência nas escolas, sendo diversos os episódios de agressões verbais e físicas envolvendo os atores da comunidade escolar, fato que desperta a atenção da sociedade em geral, como é o caso da proposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em criar metodologia específica para medir os indicadores de violência e *bullying*.

O *bullying* é uma forma de violência que pode acontecer no contexto escolar. Embora seja um fenômeno antigo, tem sido apenas estudado nas últimas décadas. No presente trabalho, é feita uma análise crítica a respeito do *bullying*, verificando sua história e contextualizando-o no cenário da violência.

1. Violência

A violência é um dos grandes problemas da humanidade. Não se conhece alguma sociedade em que ela não tenha estado presente. Existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social. Mas, para que todas essas ações sejam factíveis, é preciso que se tenha alguma clareza acerca do que é violência. Inclusive, faz-se necessário para traçar o quadro de epidemiologia da violência (Minayo, 1994).

Não há uma definição consensual de violência, devendo, portanto, ser historicamente situada e compreendida. O Dicionário Michaelis (1998), por exemplo, define-a da seguinte maneira:

1 Qualidade de violento. **2** Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. **3** Ação violenta. **4** Opressão, tirania. **5** Intensidade. **6** Veemência. **7** Irascibilidade. **8** Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. **9** Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação (P. 541).

Para especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou, efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.”.

Segundo Sposito (1998), “violência é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito.”.

Minayo e Souza (1993) afirmam:

A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas (P.2).

A violência, que pode ser considerada um fenômeno social e multifacetado, tem sua definição em constante mutação devido aos seus vários sentidos. Um dos problemas de sua conceituação é que não há padrões sociais imutáveis, é dirigida pelo julgamento social, e isso torna difícil a obtenção de consenso (Ristum, 2001).

Recentemente, a violência tem sido estudada por outras áreas do conhecimento e não mais somente pelas ciências jurídicas, o que permite uma visão mais ampla do seu objeto e mostra a dificuldade de delimitação. Delimitar um objeto ou evento social requer antes de tudo, uma visão multifocada de todos os fatores, sobretudo o foco no humano e no social e não apenas no que tange à lei e à justiça (Souza, 1993).

Ristum (2001) agrupa trabalhos encontrados na literatura de acordo com a delimitação do seu objeto. Há aqueles que demarcam o objeto pelas características da vítima. Outros, pela situação em que ocorre ou por características da ação violenta. Alguns, pela característica do agressor ou pelas características das relações entre vítimas e agressores. Ainda há aqueles que demarcam pelas causas, motivações. Para a autora, a polissemia do conceito, a falta de consenso sobre sua natureza e a controvérsia na delimitação de seu objeto, a quantidade, variedade e interação de suas causas são as principais características que denotam a complexidade desse fenômeno.

Pode-se observar que, além dessa complexidade que o fenômeno da violência demonstra, há também dificuldade na identificação do que o constitui de forma básica, como

as suas causas e origens. Como falar e propor medidas acerca de um fenômeno que não se conhece sequer sua origem?

Algumas teorias relacionam violência e agressividade afirmando que esta é inata e instintiva. Sob esta óptica, os processos sociais são reduzidos à conduta individual. Outras afirmam que é uma estratégia de sobrevivência das camadas populares. E um terceiro grupo de teorias parte do pressuposto de que a violência é uma expressão essencialmente humana que possui um caráter histórico, ou seja, para compreendê-la na sua totalidade é importante desvendar a estrutura sócio-histórica e cultural da sociedade (Souza, 1993).

O modelo histórico sobre a violência humana parte de duas premissas fundamentais: (a) existe uma natureza específica do ser humano aberta a potencialidades de todos os tipos, incluindo a violência e a agressão; (b) esta natureza é de caráter histórico. A historicidade da natureza humana significa, do ponto de vista social, que cada pessoa se materializa no marco de uma sociedade concreta como parte e expressão de forças sociais. Do ponto de vista pessoal, significa que cada indivíduo segue um processo que lhe é peculiar e que configura sua própria biografia (Martín-Baró, 1997, p.7).

Martin Baró (1997) traz a idéia de que a posição na estrutura de classes que o indivíduo ocupa é ponto de partida para se entender a atividade que ele realiza como sujeito nessas relações sociais. O trecho abaixo demonstra que para o autor, o contexto social e a interação com o meio influenciam na percepção dos indivíduos em relação ao mundo em que estão inseridos.

A socialização supõe que o indivíduo, situado em um determinado contexto social e em interação com esse meio, vai formando alguns esquemas cognitivos que selecionam e processam sua informação, que filtram e configuram o que ele vai aceitar como realidade, como o mundo (Martín-Baró, 1997, p.9).

A forma como a violência é internalizada pode sofrer influências do meio, porém a subjetividade se estabelecerá de maneira única. González Rey (2006) trabalha a violência como uma produção subjetiva e ilustra como é tratada a influência do meio no comportamento humano, sem um viés determinista por se considerar o sujeito um agente transformador e autor da própria história social. Também discute o estereótipo da pessoa violenta, que, geralmente, está associada a determinados tipos físicos da população. A pessoa violenta na América Latina está associada ao índio, negro, pobre, branco que, por traços étnicos e pela forma de se vestirem, sofrem preconceitos.

Existem diversos estudos acerca da violência, os quais buscam classificá-la para que assim possam delimitar-se suas formas de expressão e dê impacto tanto nos seres humanos quanto nas instituições em que a violência se apresenta.

A violência pode ser classificada em: a) violência estrutural, que é expressa nas estruturas organizadas e institucionalizadas que influenciam as práticas de socialização; b) violência da resistência, expressa nas diferentes formas de resposta dos indivíduos oprimidos à violência estrutural; c) violência da delinquência, que compreende as diversas formas de delito, se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida (Minayo, 1994).

A violência estrutural costuma ser considerada como natural. Na maioria das vezes, não é contestada sob o pretexto da desestabilização da ordem social, apesar de, a partir da década de 80, ter-se uma preocupação mais elevada com a violência devido ao fato do país passar por uma crise social, política e econômica. Cruz Neto e Moreira (1999) citam fatores que podem contribuir para a violência como: a) sócio-econômicos, b) institucionais, c) culturais, d) demografia urbana e) meios de comunicação, f) globalização.

No campo da violência de resistência, observa-se que esta se constitui a partir das diferentes respostas dos grupos, classes, nações e indivíduos que são oprimidos pela violência estrutural. Segundo Minayo (1994), essa forma não é “naturalizada”, mas ao contrário, ela é

objeto de contestação e até mesmo de repressão pelo poder político. Violência e justiça andariam juntas e, na realidade social, teriam uma complexa relação dialética, podendo-se pensar em uma violência que ataca a justiça ou em uma que a restabelece e a defende.

A violência da delinquência pode ser compreendida melhor quando se entende a violência estrutural. Segundo Minayo (1994), essa forma de violência é aquela que pode ser revelada a partir das ações fora da lei socialmente reconhecida. A violência estrutural não apenas confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e até mesmo os impulsiona ao delito. Inúmeros fatores sociais contribuem para expandir a delinquência. Neste campo que uma violência leva à outra ou lhe dá origem.

Problemas sociais envoltos em aspectos de violência estrutural originam comportamentos delinquentes, gerando, a violência da delinquência. Tal fato deixa claro que os espaços precisam ser delimitados no campo da violência, assim como suas definições precisam ser coerentes.

Definições bastante amplas acerca da violência dão margem a inúmeras interpretações. Ao particularizar, delimitar o objeto facilitaria uma melhor definição. Um exemplo de particularização encontra-se na cartilha do Ministério da Saúde (2001) a respeito da violência intrafamiliar. O objeto é delimitado utilizando as características das relações entre vítimas e agressores e foi configurado como:

a) violência física: “Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física” (P.17)

b) violência psicológica: “É toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.” (P.20)

c) violência sexual: “É toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação.” (P.18)

d) violência econômica ou financeira: “São todos os atos destrutivos ou omissões do(a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família.” (P.21)

e) violência institucional: “é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional.” (P.21)

Observa-se que, mesmo a violência sendo bem focada, algumas dificuldades permanecem. Na definição de violência física aponta-se a questão da intencionalidade, “dano não acidental”, que é muito difícil de constatar.

Com relação à definição de violência psicológica e violência física, percebe-se o dualismo mente e corpo: será que uma violência de qualquer tipo citado acima, física, sexual, econômica e institucional, não gera um dano psicológico, “dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”? Os tipos não se excluem mutuamente, uma violência pode produzir, simultaneamente, outros tipos de dano.

Outro exemplo de particularização é apresentado no artigo de Gawryszewski, Koizumi & Mello-Jorge (2004), em que é feito um levantamento estatístico a respeito da mortalidade no ano 2000 por causas externas. Segundo a Classificação Internacional das

Doenças (CID), essa categoria é composta por acidentes de transporte, quedas, demais acidentes, agressões, lesões auto-provocadas e indeterminado.

A partir de 1980, há um crescimento das causas externas, categoria que indica violência, que passam a ocupar o segundo lugar entre as causas de morte no país. No Brasil, no ano 2000, ocorreram 118.367 mortes, o que representou 12,5% do total de mortes. O coeficiente de mortalidade encontrado foi maior para o sexo masculino, a razão entre os coeficientes masculino e feminino foi 5,5. A distribuição por faixa etária mostrou que os adolescentes e adultos jovens concentraram o maior número de mortes. Entretanto, a população de indivíduos com 60 anos ou mais exibiu um coeficiente muito próximo à população de jovens. A maior vulnerabilidade física dessa faixa deve contribuir para um aumento da mortalidade (Gawryszewski et al., 2004).

Apesar do termo “causas externas” ser muito abrangente e ser caracterizado mais pelos efeitos do que pelas causas da violência, estudos como este têm conseguido traçar um perfil da mortalidade, permitindo reflexões e proposições de estratégias antiviolência.

Desde 1997, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciou uma série de pesquisas centradas nos temas de Juventude, Violência e Cidadania, apresentando propostas concretas de políticas públicas, a fim de contribuir para a busca de solução para os problemas que afetam a juventude, destacando sua ligação com questões tais como: exclusão social, mercado de trabalho, família, educação, participação social, protagonismo juvenil, entre outros. No âmbito dessas preocupações, os objetivos podem ser descritos em sentido amplo, como identificar e analisar as percepções de alunos, do corpo técnico pedagógico e dos pais sobre as violências nas escolas e suas causas; descrever a frequência e a gravidade dos incidentes; avaliar seu impacto sobre a aprendizagem e identificar os mecanismos adotados ou recomendáveis de prevenção, redução e erradicação do problema (Abromovay & Rua, 2003).

A equipe de pesquisadores da UNESCO adotou uma concepção abrangente de violência, que incorpora não só a idéia de barbaridade, de utilização da força ou intimidação, mas também compreende as dimensões socioculturais. A violência é um fenômeno socialmente construído e qualquer estratégia que visa combatê-la terá que construir uma nova história (Abromovay & Rua, 2003).

Para compreender a violência dentro de qualquer esfera da sociedade, é preciso aprofundar em suas origens e formas de manifestação, bem como na representação social que a humanidade tem feito dela.

2. Violência nas escolas

A partir do século XV, os colégios se tornaram instituições de ensino. O que, anteriormente, era um asilo para estudantes pobres passou a ser um local que tem como objetivo, além do ensino, a vigilância e o enquadramento da juventude para protegê-la das tentações da vida leiga (Ariès, 2006).

Por volta do século XVI, o colégio tornou-se essencial na sociedade por ser um instrumento para a educação da infância e da juventude e, por esse motivo, convinha impor às crianças uma disciplina tradicional do colégio, mais autoritário e mais hierárquico. Para manter a disciplina, havia vigilância constante e, quando necessário, aplicação de castigos corporais, como o chicote (Ariès, 2006).

A disciplina escolar foi adotada por sua eficácia e teve origem na disciplina eclesiástica ou religiosa. Era vista como um instrumento de aperfeiçoamento moral e espiritual. Porém, também era um instrumento de coerção e mostra que a violência escolar não é um fenômeno recente (Ariès, 2006).

Segundo Abromovay e Calaf (2010), o tratamento da violência na escola tem mudado ao longo do tempo. Inicialmente, foi observada como uma simples questão de disciplina. Mais tarde, passou a ser analisada como manifestação de delinquência juvenil ou como um comportamento anti-social. Hoje, leva-se em consideração fatores que expressam fenômenos como a globalização e a exclusão.

A ênfase de cada estudo depende daquilo que é definido como violência. Charlot e Émin (1997 como citado em Abromovay & Rua, 2003) referem-se à dificuldade de definir violência escolar, não somente porque esta remete a fenômenos heterogêneos, difíceis de delimitar e ordenar, mas também, porque ela desestrutura representações sociais que têm valor fundador, por exemplo, a idéia de infância, associada à idéia de inocência, e a de escola, compreendida como refúgio de paz.

Outro fator que dificulta o estudo da violência, especificamente da violência escolar, é o fato de que não existe consenso sobre o significado de violência. Charlot e Émin (1997 como citado em Abromovay & Rua, 2003) ampliam o conceito de violência escolar, classificando-a em três níveis:

- a) Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos.
- b) Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito.
- c) Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos.

Portanto, quando se estuda violência escolar, segundo Debarbieux (1999 como citado em Abromovay & Rua, 2003), deve-se considerar:

- a) Os crimes e delitos tais como furtos, roubos, assaltos, extorsões, tráfico e consumo de drogas, conforme qualificados pelo Código Penal.
- b) As incivildades, sobretudo, conforme definidas pelos atores sociais.

A terminologia utilizada para indicar violência varia de um país para outro. Nos Estados Unidos, diversas pesquisas fazem menção ao termo delinquência juvenil. Na Inglaterra, alguns autores empregam o termo violência na escola no caso de conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão.

Na França, o enfoque é dado ao estudo das incivildades no meio escolar. Dûpaquier (1999 como citado em Abromovay & Rua, 2003) refere-se a: delitos contra objetos e propriedades: quebra de portas e vidraças; intimidações físicas: empurrões, escarros; intimidações verbais: injúrias, xingamentos e ameaças; descuido com o asseio das áreas

coletivas: banheiros; ostentação de símbolos de violência; adoção de atitudes destinadas a provocar medo: poder de armas, posturas sexistas; alguns atos ilícitos: como o porte e consumo de drogas.

Debarbieux (1999 como citado em Abromovay & Rua, 2003) considera que as incivilidades, classificadas por ele como violências anti-sociais e antiescolares, podem ser traumáticas, sobretudo quando se dão de forma banalizada e são silenciadas, visando a proteção da escola.

Segundo Dûpaquier (1999 como citado em Abromovay & Rua, 2003), a violência seria possibilitada por um poder que não se nomeia, que se deixa assumir como conivente. Assim, professores não vêem, não reclamam e as vítimas não são identificadas como tais. Exemplos: as manifestações de racismo e *bullying*, em que seria comum a cumplicidade não assumida entre jovens, adultos, alunos e professores.

No que concerne aos trabalhos realizados no Brasil, a partir da década de 80, estudos sobre o tema violência nas escolas foram desenvolvidos por instituições públicas de educação, associações de classe e, em menor proporção, por instituições privadas de pesquisa, bem como por acadêmicos e equipes de especialistas ligados a universidades.

Segundo Abromovay e Calaf (2010), uma grande mudança está situada no meio urbano onde as escolas e suas imediações deixaram de ser áreas seguras e tornaram-se incorporadas à violência cotidiana existente nesse espaço.

O debate sobre os fatores associados à violência no ambiente escolar é bastante acalorado, devendo ser levado em consideração que os atores sociais que fazem parte do sistema escolar atribuem a fatores externos as causas da violência escolar reduzindo a responsabilidade da escola quanto à ocorrência do fenômeno e seu combate (Abromovay & Rua, 2003).

Os pesquisadores da UNESCO, quando realizaram a “Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas”, ampliaram o foco do ambiente da escola para o seu entorno, o bairro no qual estão localizadas, até as formas de segurança no trânsito. Objetivando uma melhor compreensão das diversas manifestações que a violência assume nas escolas, foi levada em consideração a estrutura física dos estabelecimentos escolares, bem como o controle da entrada e saída dos alunos e a disposição e qualidade das instalações físicas, que torna mais ou menos vulnerável o acesso ao interior das escolas (Abromovay & Rua, 2003).

O estudo da UNESCO possibilitou observar uma banalização do comportamento violento, tornando comum a ocorrência de furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações. Também mostrou a violência como um reflexo da sociedade, visto que ela é uma forma de negociação que exclui o diálogo.

A sociedade atual cultua a violência. Um fato que ilustra essa afirmação ocorreu, em 1999, em uma sala de cinema do Shopping Center na cidade de São Paulo. Um rapaz levantou de seu lugar, foi ao banheiro e deu um tiro no espelho com sua metralhadora portátil. Em seguida, voltou à sala e atirou contra as pessoas da plateia, resultando em três mortes, quatro pessoas feridas e muito pânico. Após o ocorrido, a mídia deu muita atenção ao assassino, vasculhou sua vida, entrevistou os pais, procurou psicólogos e peritos criminais em busca de uma explicação para o ocorrido. Mas a imprensa não relatou, nem se interessou pelo rapaz que teve o ato heróico de se lançar contra o atirador para imobilizá-lo e dar um fim ao massacre. Por que a mídia tem como foco a violência? Será uma maneira de fazer pensar sobre o que há de errado para mudar? Ou fazer com que o leitor se sinta bem, pois se indignou com a história e isso o torna diferente do assassino?

Atualmente, uma forma de violência que aparece muito na mídia é o *bullying* escolar.

Bullying

O *bullying* é um fenômeno antigo e começou a ser estudado de forma mais sistemática a partir da década de 70, na Suécia e Dinamarca e, na década de 80, na Noruega, onde, ao pesquisar as tendências suicidas de adolescentes, Dan Olweus relacionou o termo à prática de intimidação, humilhação e/ou agressão (Fante & Pedra, 2008).

Esse fenômeno sempre existiu e, muitas vezes, foi considerado como “brincadeira da idade”, atitude rotineira. Atualmente, tem um grande espaço na mídia devido a episódios que demonstram o culto à violência, como, um caso que ocorreu no Estados Unidos, no colégio Columbine. Dois alunos assassinaram 12 estudantes e um professor, deixaram mais de 20 pessoas feridas e, em seguida, suicidaram-se. O motivo seria a vingança pela exclusão que os dois teriam sofrido (Silva, 2010).

O *bullying* é uma forma de violência que sempre esteve presente na sociedade e precisou receber um nome diferente para ter uma atenção maior na mídia. Por que a palavra para descrever esse fenômeno é inglesa? Por que não utilizar simplesmente a palavra “violência”? Será que a diferenciação entre “violência e *bullying*” é realmente necessária? Será que as escolas aproveitam o termo para afirmar que não existe violência em suas dependências? Será que a utilização da palavra *bullying* banaliza os outros tipos violência dentro de uma instituição escolar? Para um maior entendimento da complexidade desse fenômeno chamado *bullying*, é importante tentar defini-lo.

A definição de *bullying* escolar feita por Olweus e utilizada até a metade da década de 80 é: “*Un estudiante acosado o victimizado cuando está expuesto de manera repetitiva a acciones negativas por parte de uno o más estudiantes*”. Mais tarde, complementa que, para o termo ser aplicado corretamente à situação examinada, deve conter uma relação assimétrica, um desequilíbrio de poder. Ou seja, quando um aluno sofre ações negativas por haver uma

desigualdade de poder e esta ocorre de maneira repetitiva, considera-se que este estudante sofreu *bullying* (Olweus, 2007).

O termo é de origem inglesa e não tem uma palavra correspondente em português, entretanto, Fante e Pedra (2008) afirmam:

Bully pode ser traduzido como valentão, tirano, brigão. Como verbo, *bully* significa tyrannizar, amedrontar, brutalizar, oprimir, e o substantivo *bullying* descreve o conjunto de atos de violência física e psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (*bully*) ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz de se defender (p. 34).

Bullying é uma forma de violência, e como foi explicitado anteriormente, é um termo complexo por ter várias definições, não ter consenso quanto a sua natureza, dentre outros problemas.

Existem outros termos para conceituar os tipos de atitudes apresentadas hoje como *bullying*. *Mobbing* é utilizado na Noruega e Dinamarca, e *Mobbning* na Suécia e na Finlândia. O radical *Mob* tem diferentes significados e conotações. A raiz original da palavra inglesa *mob* implica que é um grupo de pessoas que está engajado em humilhar, mas o termo tem sido frequentemente utilizado quando uma pessoa implica, humilha, importuna outra. A utilização do termo como sinônimo de *bullying* não é adequada do ponto de vista da linguística. Para serem sinônimos é importante incluir no conceito de *mobbing* a situação em que não só um grupo humilha, mas também, um único indivíduo o faz (Olweus, 1993).

Segundo Fante e Pedra (2008), o termo *mobbing* é traduzido como assédio moral e por isso é exclusivo de ambientes profissionais para definir o abuso de poder entre adultos, enquanto *bullying* é empregado no ambiente escolar.

Não há consenso quanto ao local de ocorrência do *bullying*. Para ser considerado *bullying* tem que ocorrer somente no contexto escolar ou pode ser em qualquer lugar que o indivíduo frequente? Sifuentes (2010) afirma que o *bullying* é exclusivo do contexto escolar e que ocorre para que a vítima se sinta discriminada por não apoiar as idéias do agressor/agressores ou as de seus seguidores.

Segundo Hilário (2010), o *bullying* pode ocorrer nas relações do indivíduo com sua família, amigos, colegas de escola ou faculdade, de trabalho ou qualquer outro grupo do qual faça parte.

Constantini (2004) definiu *bullying* como sendo atos intencionais e repetidos de intimidação, ameaças que são imposta a indivíduos incapazes de se defender, demonstrando assim, uma relação desigual de poder. Considerando essa definição e o fato de o fenômeno poder ocorrer não somente na escola, qual é a diferença entre *bullying* e *mobbing* ou assédio moral?

A lei municipal n° 13.288, de 10/01/2001, de São Paulo conceitua o assédio moral como:

Art. 1º, parágrafo único: Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela sua repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de uma forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

Nakamura e Fernandez (2004) consideram assédio moral o comportamento abusivo, produzido no local de trabalho, que ocorre de maneira repetitiva e sistemática podendo atentar contra a dignidade ou integridade do indivíduo.

As definições de assédio moral e *bullying* são parecidas. A diferença é o contexto específico de ocorrência do assédio moral e a falta de consenso quanto ao ambiente de ocorrência do *bullying*. Neste trabalho, o termo *bullying* aplica-se no âmbito do território escolar.

Uma pesquisa feita pelo IBGE sobre *bullying* teve como contexto escolas públicas e privadas. A população-alvo foi composta de estudantes do 9º ano do ensino fundamental de escolas das capitais dos Estados e do Distrito Federal. Teve como resultado Brasília como a capital do *bullying*. Segundo o estudo, 35,6% dos estudantes entrevistados declararam ter sofrido *bullying* alguma vez. Belo Horizonte ficou em segundo lugar com 35,3%, e Curitiba, em terceiro lugar com 35,2 %. Palmas apresentou o melhor resultado, 26,2 %.

Não há uma lei de proteção contra a prática de *bullying*. Mas sob a ótica do direito constitucional, a proteção contra a prática de *bullying* encontra amparo no inciso X do art. 5º da Constituição Federal de 1988: “X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

No Brasil, há projetos de lei em discussão nas Casas Legislativas e propostas de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Há, também, uma determinação legal para que as escolas instituem programas preventivos com o objetivo de educar para a paz (Fante, 2010).

O *bullying* tem diversas facetas. Antes de tentar soluções, programas de prevenção e combate, é necessário conhecê-lo melhor.

Silva (2010) classifica o *bullying* em cinco categorias: a) verbal – insultar, ofender, xingar; b) físico e material – bater, ferir, roubar; c) moral e psicológico – irritar, humilhar, excluir; d) sexual – abusar, violentar, insinuar; e) virtual - *cyberbullying*.

Cyberbullying é uma modalidade de *bullying* em que os agressores se utilizam de todas as possibilidades de recursos da moderna tecnologia. A internet é utilizada para humilhar, constranger e maltratar. Nessa forma virtual, é difícil saber a identidade do agressor em função do anonimato, dos nomes falsos, apelidos utilizados (Fante & Pedra, 2008).

Silva (2010) afirma que um dos papéis da escola é orientar seus alunos para o uso responsável da internet, alertando-os sobre todos os perigos que tal recurso pode oferecer. Ele também afirma que é preciso ver a escola como um ambiente no qual as relações interpessoais são fundamentais para o crescimento dos jovens, contribuindo para educá-los para a vida adulta por meio de estímulos que ultrapassam as avaliações acadêmicas tradicionais.

As escolas são conteudistas e visam a uma educação universal, que não é possível pelo fato de a aprendizagem não ser linear. O aluno, assim como qualquer pessoa, só aprenderá o que tiver sentido para ele. O sistema educacional que prega a inclusão gera a exclusão, tenta normatizar valores, enquadrar os alunos, confunde ensino com aprendizagem. Para uma melhoria nesse sistema, devem-se criar instituições que sirvam à interação pessoal, criativa e autônoma e que façam surgir valores não passíveis de controle (Illich, 1985).

Vítimas de *bullying* que transformam o sofrimento em superação e fazem história em sua comunidade, em seu país e até na sociedade como um todo, são chamadas de excluídos resilientes. Dois exemplos de pessoas que superaram o *bullying* e obtiveram sucesso são: Madonna e Bill Clinton (Silva, 2010).

Louise Verônica Ciccone, também conhecida como Madonna, é cantora, compositora, produtora e dançarina. Quando tinha cinco anos, sua mãe faleceu de câncer de mama e essa perda precoce e traumática afetou-a de forma significativa. A lembrança de

fragilidade da mãe em seus últimos dias de agonia, associada ao novo casamento de seu pai com a ex-empregada da família, resultou em uma relação de amor e ódio com a figura paterna e uma adolescência rebelde. Madonna se rebelou contra sua criação tradicional, transformou suas roupas conservadoras em ousadas e rejeitou seu histórico religioso. Sofreu *bullying* no Ensino Médio por gostar de balé clássico em uma época em que todo mundo só ouvia os *Rolling Stones*. Quando as agressões ocorriam fazia questão de enfatizar as diferenças, não depilando as pernas e axilas e não usando maquiagem. Depois de formada, aprendeu a tocar guitarra e bateria e se consagrou como cantora (Silva, 2010).

Willian Jefferson Blythe, mais conhecido como Bill Clinton, foi criado por seus avós em uma época em que um bebê gordo era sinal de criança saudável. No Ensino Médio, Bill foi alvo de chacotas e hostilizado por ser um menino gordo, desajeitado, que usava jeans fora da moda e era impopular com as garotas da escola. Um dos fatores que contribuíram para a autoestima e até mesmo para a vida política foi o fato de começar a tocar saxofone na banda. Isso fez com que se tornasse mais popular com as garotas e abriu-lhe as portas para as novas interações sociais. Formou-se em Direito, tornou-se governador de Arkansas e foi eleito presidente dos Estados Unidos (Silva, 2010).

O *bullying*, por ser uma forma de violência, deve ser reconhecido como um problema social complexo. Silva (2010) afirma ser necessária a identificação dos alunos que são vítimas, agressores ou espectadores para que as escolas e as famílias dos envolvidos possam elaborar estratégias e traçar ações efetivas contra o *bullying*.

Uma forma de combate a esse tipo de violência sugerido pela autora Fante (2005) é o Programa Educar para a Paz. O programa é dividido em duas etapas: a primeira é o conhecimento da realidade escolar e a segunda é a modificação dessa realidade.

A solução para enfrentamento e intervenção em relação ao *bullying* proposta por Constantini (2004) possui cinco etapas: a primeira consiste em fazer o fenômeno vir à tona

por meio de um questionário respondido pelos alunos a respeito de episódios de *bullying* na escola. Após conhecidos os dados, há uma sensibilização para o *bullying*. Nessa segunda etapa, há conscientização por meio de debates e encontros. Na terceira etapa, é constituído um grupo para seguir e supervisionar o projeto. A quarta etapa remete às ações de combate em que haverá intervenções na organização da escola e dentro de sala de aula em casos específicos. O último passo seria a ampliação da intervenção de campo para além dos muros da escola visto que o *bullying* não acontece somente na escola e é um reflexo da sociedade.

O fenômeno *bullying* expõe não somente a intolerância às diferenças, como também dissemina os mais diversos preconceitos dentro e fora dos muros escolares. Os jovens refletem no dia a dia a cultura em que estão inseridos (Silva, 2010).

Na sociedade atual, há expectativa em relação a como os indivíduos devam se comportar, bem como se espera que tenham um mínimo de conhecimento e uma aparência aceita pela sociedade. O autor afirma que toda a sociedade produz “estranhos” e estes podem ser entendidos como indivíduos que não fazem parte da estrutura de conhecimento, de comportamento moral ou de aparência com a estética esperada por uma determinada sociedade. A existência desses indivíduos estranhos à sociedade produz um mal estar, um sentido de imperfeição, o que pode levar a um comportamento de intolerância (Bauman, 1998).

Um exemplo de inflexibilidade com quem não pertence ao padrão de beleza de uma determinada sociedade aconteceu em São Paulo, na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Durante uma competição esportiva entre os alunos do Estado de São Paulo, algumas estudantes foram humilhadas por estarem acima do peso. Na festa, as jovens foram agarradas na tentativa de simular um rodeio. Vencia a disputa quem conseguisse ficar mais tempo em cima da estudante. Foi criada, também, uma comunidade intitulada “Rodeio da Gorda” em um

site de relacionamentos para incentivar a disputa e estabelecer as regras do “rodeio”. Os 50 alunos que participaram dessa agressão foram indiciados.

Outro exemplo de violência no ambiente escolar aconteceu na Fercal. Uma briga entre colegas deixou o rosto de uma adolescente todo cortado. Uma adolescente de 14 anos foi agredida por uma colega de sala porque quis confrontá-la por ter batido em seu primo. A agressora fez um estilete com a lâmina do apontador de lápis. Foram mais de 20 cortes com o estilete entre socos e tapas. As duas jovens passaram por exames no Instituto Médico Legal (IML) e foram autuadas por lesão corporal.

Esses dois casos mencionados acima participam do aumento da violência no país. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídio cresceu 130%, passando de 11,7 por cada 100 mil habitantes para 27 por 100 mil. Em relação ao *bullying*, quase um terço dos alunos (30,8%) entrevistados na Pesquisa Nacional de Saúde Escolar de 2009 disse já ter sofrido este tipo de violência.

Esse aumento na estatística mostra uma cultura de exclusão que produz indivíduos que ficam à margem da sociedade e que sofrem violência por não haver tolerância com o diferente.

Fica como desafio às instituições escolares e à própria sociedade o enfrentamento da violência, com base em uma análise profunda de sua função e da compreensão do espaço que esta adquiriu na constituição das formas de se relacionar e viver.

Considerações finais

Atualmente, há uma grande preocupação com a aparência, o saber se comportar e, também, com o ter um mínimo de conhecimento que é avaliado por certificados, diplomas. Ao se ter um padrão a ser seguido haverá pessoas que ficarão à margem da sociedade, criando os excluídos. Não há tolerância com os que são diferentes, provocando, na maioria dos casos, a violência, uma forma de relação que exclui o diálogo.

O termo violência é bastante amplo e gera discussões a respeito de seu conceito, de sua natureza, de suas causas e da delimitação do seu objeto. Como mostrado em pesquisas feitas pelo IBGE, a sua incidência aumentou bastante nas últimas décadas, principalmente, entre os jovens. O local de ocorrência que é mais facilmente percebido é nas escolas, onde os jovens passam a maior parte do tempo.

O sistema educacional tem como papel nutrir as relações interpessoais. No entanto, quando há um conflito entre os indivíduos, a escola se omite para reduzir a sua responsabilidade quanto à ocorrência e ao combate. E, também, para se proteger de escândalos, prefere silenciar a denunciar atos de violência, atribuindo as causas a fatores externos, o que acaba banalizando-a.

Pode ser observada a banalização do comportamento violento, tornando comum a ocorrência de furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações nas escolas. Nas últimas décadas, a violência escolar tem sido estudada com um maior afinco, sendo constatado estatisticamente o seu aumento. A mídia tem dado ênfase ao tema em função do culto da violência pela sociedade. Por que a sociedade se interessa pelo sofrimento dos outros? Será que é confortante ver o outro em uma situação pior que a própria?

O termo *bullying* surgiu nas últimas décadas para classificar um tipo de violência que tem aparecido, principalmente, nas escolas, como reflexo da sociedade. Embora não seja um

fenômeno novo, tem sido apenas estudado recentemente em função da proporção atual. Há crianças utilizando armas para se proteger das chamadas “brincadeiras da idade”. Por que é mais fácil uma escola afirmar que existe *bullying* em suas dependências ao invés de violência? Será que essa nova denominação de um fenômeno tão antigo, não é apenas uma forma de mascará-la ou uma tentativa de minimizar o problema, no lugar de combatê-la?

O *bullying* não é exclusivo do contexto escolar, podendo ocorrer em qualquer meio. Juntamente com a definição ampla, o conceito se confunde com assédio moral. Por que não chamar esse fenômeno simplesmente de violência? Considerando necessária a utilização de um novo termo para designar esse fenômeno, por que utilizar uma palavra inglesa e não procurar uma correspondente em português?

O *bullying* é uma forma de violência e tanto um quanto o outro têm sido bastante discutido atualmente. As áreas que se destinam a pensar estes fenômenos devem sempre estar abertas a repensar e rever conceitos e práticas.

Referências

- Abromovay M. & Rua, M. G. (2003). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- Abramovay M. & Calaf, P. (2010). Bullying: Uma das faces das violências nas escolas. *Revista Jurídica consulex*. 14 (350) 34-35.
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil, Ministério da Saúde (2001). *Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília.
- Charlot, B & Émin, J. (1997). *Violences à l'école.état des savoirs*. Paris: Masson & Armand Colin éditeurs. Em Abromovay M. & Rua, M. G. (2003). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- Constantini, A. (2004). *Bullying: Como combatê-lo: Prevenir e enfrentar a violência entre os jovens*. São Paulo: Italia nova.
- Cruz Neto, O. & Moreira, M. R. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 33-52.
- Debarbieux, E. (1999). *La violence en milieu scolaire: Le désordre des choses*. Paris: ESF éditeur. Em Abromovay M. & Rua, M. G. (2003). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- Dupâquier, J. (1999). *Éducation et formation: enfants et adolescents en difficulté*. Paris: Presses Universitaires de France. Em Abromovay M. & Rua, M. G. (2003). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- Fante, C. (2005). *Fenômeno bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus.
- Fante, C. & Pedra, J. A. (2008). *Bullying escolar: Perguntas e respostas*. Porto Alegre:

Artmed.

- Fante, C. (2010). Bullying no ambiente escolar. *Revista Jurídica consulex*. 14(350) 36-38
- Gawryszewski, V. P., Koizumi, M. S. & Mello-Jorge, M. H. P. (2004). As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e morbidade. *Caderno de saúde pública*. 20(4), 995-1003.
- Gonzalez Rey, F. (2006). *A violência: gênese, manipulação e ocultamento social*. Em Spink, M. J. & Spink, P. (orgs.), *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias de jornais*. São Paulo: Cortez.
- Hilário, L. A. R. (2010). Bullying: Um novo desafio?. *Revista Jurídica consulex*. 14, 350, 32-33.
- Illich, I. (1985). *Sociedade sem escolas*. 7 ed. Petrópolis: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*. 2(1), 7-27.
- Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. (1998). São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (1993). Violência para todos. *Caderno de saúde pública*. Rio de Janeiro. 9(1), 65-78.
- Minayo, M. C. S. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Caderno de saúde pública*. Rio de Janeiro. 10(1), 07-18.
- Nakamura, A. P. & Fernandez, R. A. (2004). Assédio moral. *Aletheia: Revista do curso de Psicologia*. 19, 69-74.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Olweus, D. (2007). Acoso escolar, “Bullying” em las escuelas: Hechos e intervenciones. Ponencia coloquio: *Encuentro Europeo por la Convivencia*. Madrid.
- Ristum, M. (2001). *O conceito de violência de professoras do ensino fundamental*. Tese de

Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Sifuentes, M. (2010). Bullying. *Revista Jurídica consulex*. 14, 350, 28-31

Silva, A. B. B. (2010). *Bullying: Mentas perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Souza, E. R. (1993). Violência velada e revelada: Estudo epidemiológico da mortalidade por Causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Caderno de saúde pública*. Rio de Janeiro. 9(1), 48-64.

Sposito, M. P. (1998). A instituição escolar e a violência. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez. 104, 58-75.